



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 023/2007

Acta da reunião ordinária realizada aos cinco dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete. -----

----- Aos cinco dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores Excelentíssimos Senhores, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Quaresma Pinheiro, António José Ascensão Fraga e José Manuel Saraiva Cardoso.-----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. **Aprovação da acta anterior.**-----
2. **Período antes da ordem do dia.** -----
3. **Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008.** -----
4. **Equipas de Intervenção Permanente.** -----
5. **Outros assuntos.**-----

----- **Aprovação da acta anterior.** -----

----- Achada conforme, foi a acta da reunião anterior aprovada e assinada, tendo sido dispensada a sua leitura por o seu texto ter sido previamente distribuído. -----

----- **Período antes da ordem do dia.**-----

----- O Senhor Vereador António Fraga usando da palavra referiu-se à poluição sonora a ocorrer nesta época em Manteigas, tendo escutado queixas de vários Munícipes quanto ao volume de som nas ruas extremamente alto e incomodativo, apelando para que o som seja o mais adequado à época natalícia. Outra questão tem a ver com as luzes no Ribeiro da Vila abaixo da ponte da Rua Dr. Sobral, já que há cerca de um ano não acendem, questionando a ocorrência da situação.-----

Deixou o apelo a quem de direito na Câmara que tem que haver mais respeito pelos Munícipes, porque é inconcebível que em obras programadas e não de emergência, que uma Munícipe queira tirar o carro da garagem e não possa. Não há justificação para uma situação como a verificada, devem as pessoas ser avisadas com antecedência no caso de obras programadas. -----

----- O Senhor Presidente referindo-se ao ofício, cuja fotocópia foi distribuída, do Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local dando à Lei das Finanças Locais uma interpretação inadequada relativamente ao pedido de empréstimo solicitado pela Câmara Municipal para a Via de Circulação Interna em que são obrigatórios dois pareceres de duas Secretarias de Estado e que do ponto de vista da Câmara e da ANMP a interpretação está errada. A Câmara Municipal necessitava de cerca de dois milhões e trezentos mil euros e a Secretaria de Estado informa que a Câmara Municipal ainda tem uma capacidade de endividamento na ordem de dois milhões de euros. Só pode solicitar um empréstimo para acções do III Quadro Comunitário de Apoio de quatrocentos mil euros uma vez que ainda tem capacidade para empréstimo directo. A interpretação da ANMP não é igual à da Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Estado entendendo que o financiamento de candidaturas do III Quadro Comunitário nada têm que ver com a capacidade própria de dívidas. Outra é a interpretação que foi dada pela Secretaria de Estado.-----

É seu entendimento que a Câmara está a ser empurrada para o endividamento natural que é aquele que a Câmara Municipal pode utilizar. Assim, só depois de ter atingido o limite do plafond é que pode socorrer-se do endividamento para apoio ao III QCA. A ANMP já solicitou uma audiência à tutela para esclarecimento da situação. -----

Está patente no ofício que a Câmara Municipal de Manteigas só será autorizada ao abrigo do QCA III a contratar quatrocentos mil euros. A obra está parada porque o montante do QCA não é o adequado em função do valor do concurso muito diferente dos estimados no Protocolo que foi assinado.-----

Há cerca de um ano foi remetido ao Senhor Ministro das Obras Públicas que remeteu ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas um ofício dizendo que o Protocolo tal e qual estava plasmado e sustentado num estudo feito pelo GAT da Guarda indica verbas insuficientes para a sua execução solicitando-se a revisão do mesmo. Nunca foi dada uma resposta. Terá o processo que aguardar para se candidatar ao QREN com novos valores, não sendo possível avançar-se enquanto o Ministério das Obras Públicas não fizer com a Câmara um novo protocolo e enquanto o entendimento da Lei sobre empréstimos não estiver completamente esclarecida, no entanto a obra volta a constar das GOP's e do Orçamento.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga solicitou a palavra para comentar uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal a 30/11/2007, sobre os projectos prioritários a inserir no Plano Estratégico da COMURBEIRAS em que disse ao Senhor Deputado Albino Leitão que o “documento é da Câmara Municipal”. Pretendendo apenas clarificar a situação e sendo a sessão de Câmara o momento indicado, disse que o documento foi elaborado pela maioria que está na Câmara, veio a reunião de Câmara foi dado o contributo em termos de o que era ou não o mais prioritário, mas houve algumas divergências e como exemplo citou que não subscreve o “campo de golfe” como prioritário. -----

----- O Senhor Vice-Presidente esclareceu que existe um equívoco qualquer pois na acta da Câmara o que está escrito é que houve consenso com as acções que foram indicadas à Comunidade Urbana das Beiras estando o equívoco nas prioridades de uma duas ou três estrelas. Uma estrela é de interesse Municipal; duas estrelas é de interesse inter-Municipal e três estrelas é de interesse Regional.-----

----- O Senhor Presidente não querendo fazer juízo de valores sobre o que se passou na Assembleia Municipal parece-lhe que haveria alguma impreparação relativamente à matéria e ao documento extenso que foi apresentado e como exemplo referiu que quando é dito que os túneis não estão contemplados no Plano é porque não houve uma leitura atenta do documento ou porque as pessoas também não tem tempo.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usando da palavra referiu que não lhe foi possível estar presente na Assembleia Municipal, mas a presença da Câmara Municipal nessa reunião seria só para prestar algum esclarecimento se houvesse necessidade até porque parece que seria a própria Assembleia a ter melhor conhecimento do Plano Estratégico da COMURBEIRAS de forma global e existem elementos da Assembleia Municipal que fazem parte da Comunidade. Tendo conhecimento do que se passou na Assembleia Municipal e depois de ouvir o Vereador António Fraga não pode deixar de dizer que assume que os projectos em relação aos quais não concordam mas que são aprovados na Câmara pela maioria são os projectos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Câmara e como tal e em respeito pelos preceitos democráticos são assim que serão entendidos. O que veio à reunião de Câmara foram os projectos a inserir no Plano Estratégico da COMURBEIRAS e a definição da sua prioridade. -----

Em relação ao empréstimo e na sequência da análise feita pelo Senhor Presidente em relação ao ofício apresentado pelo Ministério da possibilidade de endividamento para além da capacidade máxima e no que diz respeito aos projectos apoiados pelo QREN, em que o Senhor Presidente não concorda com esta afirmação, no seu ponto de vista a apreciação não poderia ser outra. Porque as Câmaras têm uma determinada possibilidade de endividamento, têm um tecto e só lhe é permitido ultrapassar esse limite, para financiar projectos candidatados aos fundos comunitários. Deixou o desejo de que o entendimento do Senhor Presidente seja o entendimento global da ANMP e que o levem à presença do Conselho de Ministros no sentido de ser alterado aquilo que é o entendimento do Ministério das Finanças. No entanto, adianta que o problema Maior, reside na negociação de um Protocolo, que foi levada a efeito por parte da Câmara e que foi mal celebrado. Assim se o protocolo não fôr renegociado, se não houver uma alteração àquilo que foi extremamente prejudicial para o Concelho de Manteigas, o Senhor Presidente já se comprometeu a tentar junto da Secretaria de Estado a renegociação do mesmo, este projecto não tem viabilidade nenhuma, porque não lhe parece que o Senhor Presidente vá usar os dois milhões e trezentos mil euros que ainda possui em termos de capacidade de endividamento na construção desta estrada. Decorre exactamente do documento que será discutido hoje na reunião, a sua construção ou não. A Câmara deveria incluir este projecto com toda as responsabilidades que tem no mau negócio que fez no financiamento da Câmara e depois o que lhe faltasse iria buscá-lo à capacidade de endividamento para além daquilo que é admitido a coberto do financiamento europeu.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu dando nota de que a origem deste Protocolo tem uma sustentabilidade sedeadada num Gabinete de Apoio Técnico que do seu ponto de vista era incontestável. Fala do GAT da Guarda que representava uma estrutura, a Comissão de Coordenação da Região Centro. O estudo apresentou os dados para todo o projecto, tendo a Câmara negociado o protocolo com os dados apresentados. Subsequentemente em concurso houve uma desconformidade de custos o GAT acompanhou todo o processo e concluiu que os valores que tinham sido apresentados não estavam em conformidade com a realidade. Foi assumida esta verdade e foi pedida a revisão do protocolo. Se não for feita a revisão do protocolo a Câmara dificilmente concretizará o processo. Quanto ao entendimento do financiamento do empréstimo já havia até agora empréstimos que não contavam para o endividamento designadamente, os do INH e das Zonas Urbanas em requalificação, tendo-se encontrado agora uma interpretação diferente. A ANMP informou que este entendimento era perfeitamente disforme estando-se a aguardar a evolução do processo, na certeza que a Câmara quer rever o protocolo como já foi afirmado várias vezes e candidatar ao QREN o processo embora não se saiba qual a data de possíveis financiamentos, se em 2008 ou em 2009.

----- O Senhor Vice-Presidente usando da palavra quis acrescentar o pormenor de que tanto a Lei das Finanças Locais como a Lei do Orçamento não colocam limites aos excepçionamento, dizendo que o excepçionamento é até 75% da componente nacional. Portanto existe uma clara leitura indevida da Lei estando-se a empurrar as Câmaras para o endividamento porque para que as Câmaras possam ser excepçionadas têm que atingir o limite do endividamento e a partir de certa altura as Câmaras só podem endividar-se para candidaturas. Na sua opinião a ANMP andou a dormir durante este



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ano todo e o pedido da Câmara é de Março deste ano e só depois de nove meses é que foi recebida a resposta. -----

Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008. -----

----- O Senhor Presidente dando nota que foram apresentados os documentos aos Senhores Vereadores referiu: -----

“Que os documentos se enquadram em duas grandes circunstâncias: uma, é o fim do III QCA e um conjunto de atrasos de liquidação dos reembolsos sem serem explicados até agora, mas de que de facto existem; e a outra é, exactamente contrariamente àquilo que legitimamente se pensava, e a expectativa era que 2007 fosse o ano do início do QREN nada tinha acontecido. Admitimos que seja em 2008. Esta foi a primeira grande determinante de apresentação do Plano de Actividades. De um lado o final de um quadro que não cumpriu aquilo que era exigível nas chamadas boas contas, havendo atrasos significativos em termos de reembolso; por outro lado o atraso do QREN 2007-2013 que em princípio, se tudo correr bem, terá o início no ano de 2008. -----

Integrámos ainda assim todas as acções necessárias e indispensáveis para que o Município de Manteigas possa de alguma maneira solver e obstar a um conjunto de problemas que se nos colocam e que constam nas GOP's de 2006. Neste Quadro de 2008-2013 não temos o que se chama a “fêzização” de verbas como acontecia no I, II e III Quadro, em que havia verbas previamente definidas para cada um dos Municípios, verbas mínimas em função do Fundo de Equilíbrio Financeiro. No QREN isto não acontece o que significa que trabalhamos na expectativa legítima de que o Interior e Manteigas como uma parte deste Interior e o Plano Estratégico possam ser positivamente apoiados. Não sabemos exactamente como as candidaturas irão acontecer e sabemos que só neste mês e no dia 17 ou 18 virá o Senhor Secretário de Estado da tutela e o Senhor Presidente da CCDRC apreciar o Plano Estratégico da Comunidade Urbana das Beiras na medida em que é aí que estão considerados a maioria dos nossos projectos prioritários. À falta de dados concretos estamos a fazer uma espécie de adivinhação. Não podemos é deixar de colocar em cima dos documentos aquilo que são as expectativas legítimas de um Concelho como o de Manteigas e de pôr em cima da mesa aquilo que a nós nos parece ser absolutamente indispensável para que efectivamente Manteigas continue a ter alguma fórmula de esperança que achamos legítima e necessária para que Manteigas possa progredir. De facto, a consumação da obra que envolve dinheiro para - e a obra hoje em dia se calhar não é tudo do que acontece nas Câmaras Municipais - mas mesmo as obras que aqui estão elencadas como necessárias e indispensáveis tiveram oportunidade de ver e viram têm apenas o abastecimento financeiro em conformidade com as receitas que nós consideramos ser possível arrecadar. Atendendo a que as verbas próprias são limitadas, atendendo a que a conjuntura em termos do Quadro Comunitário ainda é indefinida, atendendo a um conjunto de circunstâncias que nós achamos que reflectimos na introdução e depois elas aqui estão devidamente plasmadas, entendemos que apesar de tudo nos é legítimo apontar um rumo de esperança sobre este Plano de Actividades, é indispensável que nós tenhamos intervenções concretas. Seremos capazes de cumprir ou não? Há situações exógenas que nos escapam, mas é nossa convicção que será exequível se conseguirmos encontrar fontes de financiamento. Nesta base e não tendo abandonada nenhuma das acções que estavam no Plano Plurianual já apresentado em 2005, vamos abastecê-las em conformidade com aquilo que achamos que são as possibilidades imediatas sendo certo que depois teremos ressalvas necessárias e suficientes em função do que for o andamento de todo o processo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nacional, regional e local. O Plano parece-me a mim que responde exactamente àquilo que são as nossas expectativas, àquilo que são as nossas formulações e necessidades para o Concelho. Nós não queremos deixar de apresentar um conjunto de acções pois elas foram de alguma maneira aceites e elencadas como sendo necessárias para o Concelho por todos nós; continuamos a mantê-las, abastecêmo-las com verbas na medida do possível e iremos ver o que irá acontecer na certeza absoluta de que se não houver da parte do Governo através do QREN ou outra uma abertura muito rápida relativamente às matérias que estamos a apreciar dificilmente esta ou outra qualquer Câmara poderão desenvolver as acções preconizadas. Parece-me equilibrado em termos de funções em termos de acções que estão consideradas esperando que e consigamos levar por diante. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usando da palavra disse: -----
“Naturalmente que ao termos que manifestar a nossa opinião em relação a este documento como disse o Senhor Presidente, é indispensável que ele seja apresentado. Pois faz parte da administração, aliás faz parte das regras e a Câmara tem que obrigatoriamente apresentar este documento e este poderá ser um dos momentos decisivos para o desenvolvimento de qualquer Concelho. É neste momento que se discutem as opções da gestão da Câmara para os próximos anos e até de certo modo fazer um balanço, embora não sendo o momento mais apropriado, mas fazer-se um balanço daquilo que têm sido os documentos previsionais da Câmara, por que o reflexo da gestão das previsões constantes no documento do ano passado é exactamente o que nos apresentam este ano. Gostava muito mais que o Senhor Presidente ao apresentar este documento nos apresentasse os grandes projectos para o desenvolvimento de Manteigas, que nos dissesse quais são os projectos que estão na base do desenvolvimento que nós queremos para o Concelho. Porque de certa forma, também nós já os conhecemos e conhecemos em conjunto desde Dezembro de 2005 pois conjuntamente entendemos, que são os projectos que podem catapultar o Concelho para o desenvolvimento que necessitamos. Um Concelho em que todos os meses se assiste a uma sangria demográfica, que todos os meses perde gente, porque saem, por que são obrigados a sair. Saem porque de facto nós assistimos e aliás a população assiste a um conjunto de queixas, de lamentos, de atribuição de culpas a outros, que nada têm a ver com a gestão da Câmara e não se olha para o interior, para quem tem responsabilidade de gerir o Concelho, de criar qualidade de vida para que de facto essas pessoas não saiam. Gostava que o Senhor Presidente dissesse aqui hoje quais os projectos daqueles todos que nós elencámos em 2005 para 2006, em quais desses projectos é que aposta seriamente para o próximo ano? E quero-lhe dizer-lhe, Senhor Presidente, se fizer esse exercício e se quiser responder eu já sei qual é a resposta, porque ela está dada exactamente por este documento com as exíguas dotações financeiras que cá estão. O Senhor irá depois responder com tudo aquilo que está escrito na introdução do documento e que já nos disse aqui, com os lamentos, com as queixas, com a atribuição das culpas ao Governo, com a atribuição das culpas ao mau entendimento dos papéis e das Leis, porventura irá dizer-nos isso como se quem gere a Câmara Municipal não tivesse responsabilidade absolutamente nenhuma. E portanto são formas de apresentar as coisas. Do documento que nos apresentou, Senhor Presidente, nós lemos atentamente aquilo que é a introdução, a parte escrita e mesmo aí há contradições se bem que ele está carregado dos tais queixumes, lamentos para o exterior daquilo que são as responsabilidades de V.Ex^a na gestão do Concelho. Mas há aqui uma série de contradições e não entendemos algumas coisas que aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estão escritas, por exemplo na pagina 16 onde o Senhor Presidente diz: “Aguardamos que se concretize o Plano Regional de Ordenamento do Território, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela para que acções tão vitais como a revisão do Plano Director Municipal ou a execução do Plano de Pormenor das Penhas Douradas possam desenvolver-se sem incertezas”. Senhor Presidente, em relação a isto tenho-lhe a dizer que já vi escrito o ano passado quase da mesma forma, isto é, transpor para este ano exactamente a mesma opinião a mesma ideia com a mudança apenas de algumas palavras, porque já era um compromisso vosso do ano passado para este ano de 2007. Portanto diz-nos aqui que é desta vez. Será que é? Será que é desta vez que o Plano de Pormenor das Penhas Douradas irá ter algum sucesso? E também nos dizia o Senhor Presidente, que este Plano de Pormenor não estaria dependente da revisão do Plano de Ordenamento da Serra da Estrela, disse-o quando esteve presente o Senhor Professor Daniel Bessa que o Plano de Pormenor já tinha recebido o parecer favorável e a atenção do PNSE e portanto não é condição essencial a aprovação do Plano de Ordenamento do PNSE. No capítulo da descrição das Funções Gerais diz-nos que: “Continuaremos a promover, com carácter anual, auditorias (interna e externa) para monitorização do sistema de gestão de qualidade de modo a que se garanta uma melhoria contínua da prestação de serviços ao Município”. Ó Senhor Presidente, eu acreditei no primeiro dia que vi isto na Câmara, mas à segunda vez não acreditei. Porquê? Porque entretanto continuei a ver Municípios constantemente na Câmara a reclamar do andamento dos processos, da demora na resposta, da demora das decisões, a reclamarem de uma série de questões, da reparação dos caminhos, de uma série de questões que os Municípios trazem duas, três, quatro vezes à reuniões de Câmara e não são resolvidas. É agora transferida para o ano 2008 e já começou a ser em 2005, 2006 e 2007. Quando nos fala aqui no capítulo da Protecção Civil e Combate e Prevenção de Incêndios: “e será constituído o Serviço Municipal de Protecção Civil à luz da Lei nº. 65/2007, recentemente publicada”, mas já havia Lei anterior que obrigava inclusivamente as Câmaras a organizar os Serviços Municipais de Protecção Civil. Vai agora enfim ser organizado, mas a Câmara não o organizou e já o tinha previsto para o ano de 2007. Eu nunca vi este serviço organizado, aliás temos hoje distribuído um documento onde começo a ver o início deste processo que já estava previsto de facto para este ano de 2007. Depois diz que: “Continuaremos a apoiar a ADRUSE no domínio da certificação de Competências, entretanto alargada ao 12º. Ano”, pensava eu que era a ADRUSE que colaborava com a Câmara e não a Câmara com a ADRUSE. Esta Entidade sendo uma Associação de Desenvolvimento Local tem por obrigação através dos meios que dispõem e dos financiamentos dos diversos programas cuja gestão tem contratualizada, colaborar com os Municípios. Depois diz-nos que: “Obtido o acordo com o INATEL para o funcionamento de um curso de nível III de técnico de Termas, celebraremos um protocolo com esta entidade e apresentaremos com a Escola Profissional de Hotelaria candidatura para este novo curso”, também já era um projecto previsto para o ano de 2007, é adiado mais um ano. Daí eu dizer que de facto a análise para aquilo que não foi feito também nos perspectiva a discussão daquilo que é o Plano de Actividades para o ano de 2008. Aí é que reside a credibilidade dos documentos que agora nos são apresentados. Algumas questões deste tipo já vêm a ser apresentadas para anos económicos anteriores e não foram resolvidas. Portanto em que é que nós havemos de acreditar? E depois no capítulo da Acção Social que nos diz que: “ponderando-se, após monitorização das candidaturas excluídas por excesso de áreas, rever os respectivos Regulamentos” ou seja do PERID e PAPF. Eu perguntaria se temos andado aqui a fazer experiências, porque já houve uma série de alterações a estes dois regulamentos. Afinal



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não há um Regulamento concreto e objectivo, andamos sempre a fazer experiências. Não sei que cobertura é que pretende atingir nas novas alterações a fazer. No que diz respeito ao Ordenamento do Território e Urbanismo diz-nos o Senhor Presidente que: “Será assim dada prioridade absoluta à revisão do PDM, ao PU e ao Plano de Ordenamento das Penhas Douradas”, já fala nela noutra capítulo e volta a falar aqui, é uma repetição e eu também repito que quando nos diz aqui o Director do PNSE, quando nos dizem vários organismos, quando o Senhor Presidente também afirma e em relação ao PDM tem outro entendimento, mas em relação ao Plano de Pormenor das Penhas Douradas diz que já foi entendido favoravelmente pelo PNSE, mas quando o PNSE nos diz que não é necessário esperar pela revisão do Plano de Ordenamento do PNSE para levar à prática o PDM e o Plano de Urbanização, eu pergunto quanto tempo mais teremos de esperar por estes dois instrumentos de gestão urbanística que tanta falta fazem a Manteigas, porque aquilo que se faz muitas vezes neste Concelho, é autorizar como já vimos, de forma verbal, sem qualquer tipo de sustentabilidade jurídica, ou outro tipo de sustentabilidade através de documentos deste tipo de gestão territorial. Para quando a aprovação destes documentos? Depois “Renegociaremos junto do Ministério das Obras Públicas as condições de financiamento da intervenção na Via Alternativa à ER 338”. Senhor Presidente, eu não vou referir-me àquilo que já foi discutido no período antes da ordem do dia, pois só me suscita uma questão: já que os Senhores não a querem fazer, aliás não têm possibilidades nem querem. Dotaram-na financeiramente no orçamento com mil euros e para quem se propõe fazer uma obra destas dotá-la desta forma, não irá lá de certeza absoluta. Apenas levanto a seguinte questão: os Senhores continuam a chamar-lhe “Via Alternativa” e sabem por esta via, passe o pleonasma, as coisas não vão lá Senhor Presidente. Ela não tem que ser uma Via Alternativa à 338 tem que ser uma Via Estruturante para a Vila de Manteigas, porque se não for assim é melhor não a fazer. No mesmo documento o Senhor Presidente chama-lhe de uma vez Via de Cintura Externa e de outra vez Via Alternativa à 338, pensem o que é querem, porque se de facto é Via Alternativa, nós não queremos esse projecto para o nosso Concelho, nós dissemos aqui claramente que queremos uma via de penetração na Vila, uma via estruturante e não uma via de cintura externa ou uma via alternativa, porque uma via de cintura externa, que nos tire o trânsito de um lado e que o coloque no outro lado da vila, não serve de facto para Manteigas, já o dissemos e continuamos a mantê-lo. Por outro lado esta Via que chamaria Via Estruturante já tem um início, os Senhores decidiram dividi-la em duas fases, uma já está em construção, construção essa que também não sei para quando o seu final. É uma construção que todos vemos no terreno, com pessoas sistematicamente a trabalhar, com demolições e reconstruções, com muros de pedra, milhares de metros cúbicos de granito que já ali estão enterrados e ninguém sabe como e para quê, mas que todos nós questionamos para que é que serve. Porque a Via Alternativa como os Senhores lhe chamam e que nós não entendemos dessa forma, é certamente aquela que está contratualizada com a Secretaria das Obras Públicas e essa era uma obrigação da Câmara. Esta estrada, que tem início na Enxertada, não a percebemos. A nós foi-nos dito que esta era para ligar à Senhora dos Verdes mas todos sabemos e os Técnicos têm-nos dito que há dificuldades técnicas de ligar aquele troço da via à Senhora dos Verdes. Eu pergunto a quem serve esta estrada? Para que serve esta estrada? O que vai servir, ou a quem? É uma obra que já ultrapassou os valores autorizados legalmente para trabalhos a mais, mas que á falta do outro troço fica completamente isolada. Depois o Senhor Presidente fala aqui no saneamento e diz que: “será fixada em 2008 a tarifa de saneamento prevista no Regulamento,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

indexada ao consumo de água e tendo em consideração a actual situação sócio-económica de muitas famílias manteiguenses e o princípio do utilizador/pagador”, e que já manifestou a sua discordância à empresa de Águas do Zêzere e Côa quanto ao volume de efluentes medidos pela empresa. Mas o Senhor Presidente aponta aqui para o princípio do “utilizador/pagador” justificando naturalmente a introdução da tarifa de tratamento de esgotos que irá ser indexada ao recibo da água que cada Múncipe terá que pagar. Eu entendendo, por um lado é lógico, que todos entendamos o princípio de “utilizador/pagador”, não concordo no entanto, com a forma como o Senhor Presidente pretende fazer. Porque há uma questão que gostaria de ver plasmado neste documento, é a intenção do Senhor Presidente enquanto Presidente de Câmara e ao mesmo tempo enquanto membro do Conselho de Administração das Águas do Zêzere e Côa estar predisposto e dizê-lo claramente neste documento que iria discutir até á última possibilidade, a renegociação das tarifas que a empresa está a debitar a cada uma das Câmaras, tarifas essas exageradamente altas, injustas e extremamente onerosas para os município e seus munícipes. Depois, quanto ao Comércio e Turismo e constituída a Agência de Promoção de Manteigas, gostaria de saber quem são os associados da Agência. Fala no Hotel Rural de Vale de Amoreira e também o Senhor Presidente já falava no Hotel em 2007. Aparece-nos aqui para 2008, ainda não foi concretizado. Em relação à parte escrita do Plano de Actividades, ficaria por aqui. Naturalmente que o podemos inferir do que está escrito, é que há aqui uma total falta de ideias em relação àquilo que poderia acontecer em 2008. E as ideias, seriam no realce, não propriamente no aparecimento de novos projectos, porque nós já os elencámos aqui em 2005. Seria no realce que alguns projectos necessitam para o desenvolvimento Concelho, na necessidade que o Concelho tem e que todos nós já elencámos, todos nós apoiamos. Na necessidade vermos apoiados financeiramente, concretamente neste documento previsional. Onde estão os grandes projectos que possam tirar o Concelho do marasmo em que se encontra? E o Plano Estratégico da COMURBEIRAS que por aqui passou para definirmos prioridades? Quais os projectos para 2008 que caibam no Plano Estratégico da Comunidade Urbana e que sustentabilidade económica? Como é que se porventura o QREN vier a apoiar o Plano Estratégico da COMURBEIRAS, a Câmara tem possibilidades de satisfazer a sua componente de financiamento próprio? Onde é que vai buscar a sua capacidade de financiamento ou endividamento? Vai tirar ainda aos projectos que neste momento estão elencados? Vai fazer alterações orçamentais e tirar financiamento aos projectos que neste momento estão elencados alguns com cinco mil euros e outros com mil euros? Depois, há questões que gostaríamos de ver tratadas e que são questões que já foram iniciadas com projectos que o Senhor Presidente tem no terreno, que aplaudiu no momento em que os construiu, mas pergunto: qual é o reflexo neste Plano de Actividades, de três projectos concretos em que o Senhor já investiu, já gastou dinheiro: Ski Parque, Casa Etnográfica e Solar da Castanha. O Senhor Presidente não disse uma palavra em relação a estes três projectos nesse Plano de Actividades. Foram projectos que foram levados à prática, que estão no terreno e que não têm qualquer tipo de preponderância na evolução económica do Concelho. Mas nós temos que saber o que é feito destes projectos, porque é que foi feito o investimento? Porque o mal é esse, a Câmara investe mal porque as opções estratégicas do Concelho têm sido péssimas, a Câmara gasta dinheiro, investe, e os projectos ficam parados. E aqueles que porventura iniciam alguma actividade caem por terra, repletos de irregularidades e muitas vezes de algumas ilegalidades como o Senhor sabe. O projecto do Ski Parque está carregado de ilegalidades como o Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

próprio diz através de um relatório da Câmara. E se isto não bastasse, se o Plano de Actividades para 2008 não fosse mais um documento igual ao de 2007, existe porque é obrigatório apresenta-lo à Câmara, mas é um documento desprovido de qualquer visão em termos de desenvolvimento do Concelho, de qualquer visão estratégica de qualquer visão digamos até utópica que é necessário para o desenvolvimento do Concelho. Se não víssemos que é repleto dessas circunstâncias nós poderíamos até ainda dar algum benefício da dúvida. Mas depois, Senhor Presidente passamos à parte orçamental. O orçamento para o ano de 2008 é oito milhões, setecentos e catorze mil, cento e sessenta e seis euros, é um orçamento inferior ao do ano passado em termos globais e o que era normal era que as contas todas do orçamento sofressem esta evolução, para baixo. Há menos dinheiro, deveria haver menos consumo nomeadamente em relação a determinadas matérias. E era bom que nos oito milhões setecentos e catorze mil, cento e sessenta e seis euros, nos aparecesse uma despesa corrente muito menor. O Senhor Presidente tem de despesas correntes 3.828.517 € o que significa 44% do orçamento total da Câmara. A Câmara gasta quase metade do orçamento com ela própria como disse aqui há alguns tempos, é necessário reduzir substancialmente esta fatia.. Naturalmente todos nós entenderíamos que uma boa gestão seria aquela que reduz cada vez mais a despesa corrente. Mas mais, o Senhor recebe menos de receitas mas aumenta as despesas correntes. Por outro lado, num orçamento de oito milhões, setecentos e catorze mil, cento e sessenta e seis euros o Senhor tem previsto uma despesa com funções sociais na ordem dos três milhões, novecentos mil euros. Ora bem, isto apreciado desta forma tão simplista, levar-nos-ia a crer que Manteigas está no bom caminho, está a investir na parte social muito mais do que investe por exemplo nas funções económicas cuja previsão é de dois milhões setecentos e trinta mil euros. Mas as funções económicas são aquelas que dão qualidade de vida ao Concelho, são aquelas que catapultam o Concelho para novos voos, para um reforço da capacidade económica e aqui reduz-se significativamente, aumentando nas despesas correntes, aumentando nas funções sociais, mas reduz substancialmente nas funções económicas. Um Concelho que perspective o seu desenvolvimento desta forma não vai longe. Em relação às funções sociais eu não me refiro aos apoios que a Câmara através dos diversos programas concede aos mais jovens, aos mais idosos, pois eu acho que é absolutamente necessário. Mas é absolutamente necessário porque é aí que está o reflexo da falta de investimento nas funções económicas. E quanto menos se desenvolver o Concelho mais a Câmara tem que investir nas funções sociais. Se o Senhor Presidente conseguir alterar esta tendência se nos trazer aqui no próximo ano um orçamento onde nos diga claramente e concretamente, sem qualquer tipo de ginástica orçamental, sem empolamentos, nos disser que as funções económicas ultrapassam as funções sociais, terá da nossa parte uma séria reflexão e certamente a vontade de apoiar o Plano para o desenvolvimento do Concelho de Manteigas, porque nós, quando em 2005 decidimos apoiar os vossos projectos, foi com propostas também nossas, tínhamos um projecto conjunto e eu pensei nesse momento que assim iria acontecer durante quatro anos e que em Dezembro 2006 porventura estaríamos a fazer o balanço daquilo que tinha sido feito e estaríamos a aplaudir, até a dizer, que se tinha conseguido alguma coisa, não muito, mas se tinha conseguido; em 2007 vamos continuar nesta senda e vamos conseguir mais e até ao final do mandato, vamos conseguir mais. Só estamos mandatados para quatro anos e a proposta que fizemos e que nos fizeram a nós e que foi entendida por todos era não só para 2005 mas para os anos todos do Mandato porque o Plano é plurianual. Como o Senhor Presidente sabe, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ano passado votámos contra, pelos mesmos motivos que reconhecemos neste documento que hoje nos é apresentado e embora nos diga no início da introdução do documento que estão aqui plasmados todos os projectos que estavam no Plano de Actividades para 2006 nós podemos reconhecer que a maior parte estão cá de facto, mas também reconhecemos como dissemos o ano passado que não estão carregados de intenção por parte de V.Ex^a de os levar à prática, porque não têm dotações financeiras, porque estão completamente abandonados em relação àquilo que eram as expectativas iniciais para 2006. E portanto motivos como estes já nos obrigaram a votar contra o ano passado e as razões que invocámos no ofício em resposta à invectiva de colaboração para este Plano de Actividades, onde dissemos claramente que os nossos contributos seriam aqueles que demos em 2005 sem nos furtamos ao trabalho, ficam hoje aqui bem vincadas no que diz respeito às vossas previsões para 2008. Os projectos, alguns deles estão cá mas não têm por parte de V.Ex^a qualquer intenção de serem levados à prática e por conseguinte o nosso voto explicitá-lo-emos, sendo certo que já deu para entender qual vai ser é a nossa posição: votaremos contra. -----

----- O Senhor Vereador António Fraga usando da palavra disse:-----

“ O meu colega já explicitou detalhadamente e com algum pormenor determinadas situações, subscrevo a sua intervenção clara e objectiva e pouco me resta dizer, mas gostaria de salientar o seguinte: eu estou convencido que daqui a bocadinho o Senhor Presidente vai dizer que cá está a dicotomia entre a ambição e a razão. Mas Senhor Presidente eu gostaria de salientar que um Plano ambicioso ou um Plano adequado foi aquele que foi elaborado em conjunto em finais de 2005. Esse Plano continha dotações orçamentais em determinadas actividades, que reputo de vitais e estratégicas para Manteigas e daí nós o termos votado favoravelmente. E como disse e bem o Vereador Esmeraldo Carvalhinho até houve cedências de parte a parte o que é normal em democracia, sendo esse o Plano para cumprir 2006, mas que visava sobretudo o mandato de quatro anos. Mas é verdade que no ano passado fomos surpreendidos com a supressão de algumas actividades, mas mais grave uma desorçamentação significativa nalgumas rubricas importantes. É evidente que o Senhor Presidente vai dizer-me que a actividade se não estiver em planificada, não se pode executar. É um facto e todos nós o sabemos, mas quando uma rubrica está cabimentada com uma verba e passado um ano é desorçamentada numa verba significativa, também todos nós sabemos que definitivamente isso tem um significado, dificilmente esse ano vai ser executada, ou vai ser muito mas muito parcialmente executada. Gostaria de fazer uns comentários ao texto introdutório que o Senhor Presidente escreve, reconhecendo sem favor no Senhor Presidente um Mestre na palavra e na escrita, mas também lhe digo que o que se nota aqui é uma tentativa de arranjar desculpas para tanta ineficácia. Aos Municípios de Manteigas o Senhor até pode dizer: “mas eu também me compete dizer das dificuldades e daquilo que não facilita o meu trabalho” tudo bem, mas começa a ser repetição ano após ano só arranjar uma desculpa exterior para aquilo que não se faz e não haver causas internas e assim pôr o dedo na ferida. O Senhor por exemplo e eu recorde fala aqui na célebre Via Alternativa à 338, ficou bem vincado aqui da nossa parte que queríamos uma Via Estruturante até com as ligações ao Centro da Vila e em caso contrário, percebeu que o nosso voto não seria a favor. E depois assistimos a um faz que anda, mas não anda, negociou-se conforme verificamos a seguir. Eu noto que ficou bem claro em Plano de Actividades que o nosso voto favorável à ligação à Estrada da Senhora dos Verdes subentendia claramente, o interesse dessa estrada se terminasse mesmo na Senhora dos Verdes. E a seguir temos mais do mesmo, continua,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

atrasou-se, porque temos que adequar os projectos. Noto também que o Senhor diz que as verbas do orçamento de Estado aumentaram 5% em relação ao ano anterior, sempre lhe digo que supera o valor da inflação. Não me custa reconhecer aqui que na parte cultural houve de facto alguma melhoria e actividades culturais de grande qualidade, não quantificando quanto poderão ter custado, aí o Senhor Vice-Presidente como Vereador do Pelouro da Cultura melhor do que eu o poderá dizer, mas lamento por vezes a pouca divulgação, ou a fraca aderência do público. Também o Senhor Presidente diz que o abastecimento de água é eficaz, eu já agora recorro que continuo a aguardar os resultados daquele inquérito que o Senhor prometeu, o abastecimento de água não foi sempre de boa qualidade, como aqui é dito. Poderá o Senhor Presidente dizer que a culpa não é directamente da Câmara e que aguarda os resultados do inquérito, mas as análises que vi essa qualidade não se confirmava. Também continuamos a ter um estacionamento em Manteigas muito deficitário e dentro de dias pelo Natal, nós veremos muitas pessoas sem conseguirem estacionar, mas mais uma vez o espaço dos CTT vai continuar sem solução. Eu diria que o Plano para 2008 no fundo repete o de 2007, mantendo de facto uma desorçamentação de verbas que para mim o identifica como muito diferente nesse aspecto em relação àquilo que nós aprovamos em 2005. Também é verdade e não me custa reconhecer que todas ou quase todas as actividades estão no Plano elaborado em finais de 2005, mas depois se formos quantificar e ver a cabimentação de cada uma, ficamos muito longe do desejável. Já agora Senhor Presidente e não repetindo o que já foi dito em relação ao Solar da Castanha e da Casa Etnográfica que para mim até hoje serviu em determinado período interesse mais particular do que da Câmara, recorro que gere o processo da Relva da Reboleira, se ainda não deu mais notícias sobre a matéria é porque não as haverá, mas nós continuamos a aguardar e atentos. Também comento e o Senhor não estava presente na última reunião a sua afirmação: “estranhamos o atraso nas obras do Centro de Saúde” e porque é que ainda não se mudou. Eu também estranho este atraso na mudança, mas depois do que ouvi na última reunião de Câmara fico a temer que brevemente tenhamos o Centro de Saúde a poder funcionar nas novas instalações, mas não tenham sido realizadas as obras da nossa responsabilidade. Na última reunião fomos informados pelo Senhor Vereador José Pinheiro e eu discordo do modo como são negociadas estas coisas, porque antes do Verão foi aqui afirmado categoricamente “que está tudo negociado no que respeita à rua Entre-Hortas, podemos entrar em obra” e depois fico surpreendido quando é dito que “afinal há um proprietário que se nega”, o que eu digo é que são negociações em cima do joelho. Mas é neste sentido e tendo a ver com a actividade da Câmara que muitas as vezes são dadas autorizações verbais sem qualquer documento escrito a comprovar isso, não compreendo como pode a Câmara Municipal de Manteigas continuar a fazer este tipo de negociações.

O Plano e o Orçamento previsto para o ano de 2008 é um decalque mais pormenor ou menos pormenor do anterior com a particularidade de como o meu colega já disse e aqui é que para mim há uma questão importante é que temos de facto uma verba grande nas funções sociais e muito menor nas funções económicas, estamos a tentar tirar a dor sem tratar a causa e comparando eu diria a dor persiste e a doença continua a agravar-se. A realidade económica de Manteigas está bem traduzida nesta dicotomia entre as funções sociais e as funções económicas. -----

----- O Senhor Vice-Presidente usando da palavra esclareceu que: -----

“Já disse aqui mais do que uma vez que os critérios do orçamento de 2008 são tal qual os critérios adoptados ao orçamento de 2006 e entendo que à posteriori haja alguma



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

necessidade de justificar porque é que se aprovou em 2006 e não se aprova em 2008. Os documentos não são fotocópias mas têm as mesmas acções que tinham em 2006 e foram acrescentadas mais uma série de acções e os critérios de dotação das acções são idênticos. É bom que se diga que a Câmara está muito exposta a contingências externas, não é só a Câmara Manteigas mas todas as Câmaras que não têm receitas próprias. Aquilo que nós apresentamos em Plano de Actividades e Orçamento não é tanto a nossa vontade mas é aquilo que resulta daquilo que nós dependemos dos outros. Candidaturas que não sabemos como vão funcionar, de financiamentos externos que funcionam de um maneira e o Governo diz que funcionam de outra; colocam-nos um conjunto infundável de incertezas que não nos permite fazer o orçamento no absoluto rigor da palavra. Nós verificamos que ao fim de um ano ou de dois anos que o critério de aplicação das verbas tem sido fundamentalmente aproveitar as candidaturas disponíveis e o que é que verificamos é que a nossa Tesouraria não suporta mais do que as candidaturas que conseguimos aprovar essas obras estão aí à vista e estão em curso. Os grandes projectos para o desenvolvimento do Concelho estão mais que plasmados e há consenso generalizado sobre eles. Agora pensar que vai ser a Câmara, quando o Senhor Vereador António Fraga fala assim: “que eu não considero tão prioritário o Campo de Golfe” e é sua opinião e eu respeito e quando nós inserimos no Plano de Actividades o Campo de Golfe é evidente que todos sabemos à partida que não vai ser a Câmara a desenvolver e a suportar um Campo de Golfe porque um Campo de Golfe mobilizaria todos os recursos financeiros de todo o mandato para despesas de investimento. Há aqui um conjunto de circunstâncias que só podem ser desenvolvidas se houver investidores e investimentos. A Casa Etnográfica não está a funcionar porque não há investidores em Manteigas, nem artesãos, nem de borla quiseram a casa. O mesmo acontece com o Solar da Castanha não há investidores em Manteigas nem pequenos nem grandes até ao momento infelizmente. Agora que a Câmara tem criado e procurado criar as condições para que o investimento possa acontecer, não sei onde poderemos ir mais nesse aspecto. O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho falou na protecção civil; há um Plano de Emergência Municipal que tem para aí dez ou doze anos e que foi aprovado na altura e há decerto algum desconhecimento sobre essa matéria. A situação da ADRUSE tem a ver com a Entidade certificadora para o Programa das Novas Oportunidades; a certificação das competências só pode ser conduzida por Entidades que estejam certificadas que é o caso da ADRUSE e esta tem a área de influência em Manteigas e está a formar as pessoas e a colaboração da Câmara Municipal com a ADRUSE é recíproca. O PERID e o PAPF como todos os regulamentos e todas as acções que nós desenvolvemos são sempre alvo de uma avaliação e de uma monitorização. Aquilo que era verdadeiro há dois anos não é tão verdadeiro agora e naturalmente o que era prioritário há dois anos não o seja tanto agora. Depois das intervenções que nós apoiamos há que definir novas prioridades porque as anteriores que nós achamos importantes foram realizadas e preenchidas. Portanto esses Regulamentos e todos os Regulamentos são dinâmicos e não estáticos. Quanto à parte social esquecemo-nos que há aqui um conjunto de despesas que têm a ver com o fornecimento de água, recolha de resíduos, saneamento, habitação, cultura, etc, que a Câmara tem que necessariamente de preencher e é por isso que as funções sócias têm os valores que têm. Temos um bom serviço de recolha de resíduos, de saneamento e temos um bom serviço de abastecimento de água e cabem aqui também os instrumentos do ordenamento do território. É evidente que estávamos absolutamente convencidos que já durante o ano de 2007 pudéssemos ter apresentado candidaturas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ao QREN o que não aconteceu; não é por nossa culpa nem se calhar pela culpa do Governo que fez os Regulamentos mal feitos e foram devolvidos por Bruxelas e têm que ser refeitos e temos que perder mais meio ano com a situação. Até este momento só ainda conseguimos apresentar duas candidaturas o que é visivelmente pouco. Logo que tenhamos conhecimento das oportunidades - e já sabemos à partida que não serão tão ilimitadas quanto isso - e serão também altamente condicionadas, o QREN poderá ou não conceder, é evidente que faremos as alterações orçamentais de acordo com o aquilo que nos é particularmente imposto. Nós muitas das vezes não podemos aceder às nossas prioridades porque as nossas prioridades não são as prioridades do Governo. Nós temos que adequar as nossas prioridades àquilo que o Governo implementa para o QREN. Falta de ideias não há com certeza porque elas estão cá todas, estão cá as que estavam em 2006 e mais algumas. Porque se fala nas despesas correntes quanto se gasta com a Câmara não é com gastos da Câmara, quando estamos a atribuir subsídios não é gasto com a Câmara, quando estamos a fazer o abastecimento de água não é a gastar com a Câmara ou o saneamento ou a recolha de resíduos ou o apoio à natalidade ou as bolsas de estudo e todo um infindável número de acções que são contabilizadas de facto em despesas correntes, mas são despesas de investimento sobretudo nas pessoas.-----

----- O Senhor Presidente anotando uma data de dados começou por dizer o seguinte: - "Se eu estivesse do lado dos Senhores Vereadores Esmeraldo Carvalhinho e António Fraga eu fazia exactamente o mesmo tipo de discurso inquestionavelmente, porque de facto se não fosse fazer este tipo de discurso se calhar até nem se justificava a presença na medida em que efectivamente há gente que necessita de nos dizer são melhores do que os outros ou que os outros fizeram pior do que nós podíamos fazer, caso contrário esta dicotomia aqui exibida não se justificava. E portanto eu começo por aceitar genericamente as críticas que são aduzidas porque efectivamente todos nós gostaríamos de ter alguma capacidade de intervir diferentemente no xadrez do Concelho de Manteigas. A nossa perspectiva e a nossa função é melhorar o Concelho e não propriamente deixar que o Concelho não possa melhorar. Parece-me é que a determinada altura a gente confunde desejos com críticas e aqui é que me parece que as coisas não correm tão bem assim. E veja-se esta afirmação do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho: " O Senhor deve negociar suficientemente um contrato de concessão de águas, efluentes e resíduos em ordem possível a que os Municípios não paguem" isto, disto desta maneira não merece comentários.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho interrompendo a palavra ao Senhor Presidente afirmou que: "Desculpe Senhor Presidente mas não foi isso que disse e pode-se ouvir a gravação".-----

----- Continuando no uso da palavra o Senhor Presidente disse: " Então, é assim: a determinada altura diz o seguinte: pela sua responsabilidade designadamente porque é Presidente de Câmara e Administrador da Empresa porque é que o Senhor não faz com que baixem a tarifas? Bem, quero dizer que o Senhor Vereador também esteve na negociação do contrato. Sabe perfeitamente que há um contrato de concessão que tem um plano de investimentos e de exploração onde estão perfeitamente previstas as tarifas a praticar durante 25 anos. E estão lá definidas perfeitamente e isso é que me admira. Quando a gente subverte o pragmatismo da realidade. Depois acho que o Senhor Vereador ainda assistiu à nossa reacção pelo facto de a Câmara Municipal da Covilhã ter saído do sistema de efluentes com dez freguesias. Todos os Municípios nessa altura reagiram dizendo que se estava a perder uma boa parte do negócio que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dava consistência ao sistema e que as tarifas teoricamente iriam aumentar. Neste sentido foi mandado fazer um estudo que aliás está em discussão e que eu levei à última Assembleia de accionistas que é exactamente isto: alguém tem que pagar a saída do Município da Covilhã que representava tanto como a Guarda, em termos de efluentes e foi retirado do contrato de concessão. O Governo, ele próprio, no PEASAR e no Plano dos Resíduos no ano de 2007 e remete para o utilizador/pagador e mais, criou uma taxa específica em cima da taxa resíduos para se pagar a um organismo vigilante dos resíduos e seu tratamento e como se essas coisas não estivessem já perfeitamente destabilizadas, relativamente aos custos, ainda somo surpreendidos por uma nova taxa a juntar a uma tarifa que nós consideramos altíssima relativamente ao tratamento dos resíduos. Ó Senhor Vereador deixe-me dizer que o Senhor é uma pessoa altamente bem informada aliás com boa dialéctica relativamente ao ataque, mas me parece que o Senhor ignora que há um contrato de concessão, que há uma entidade reguladora que é chamada IRAR que mediante os processos de concessão fixa em cada ano, mediante estudo prévio as tarifas. Nós podemos considerá-las mal ou bem, mas tentamos que cada vez sejam mais reduzidas. A minha pergunta é esta Senhor Vereador: Não se devem aumentar as tarifas porque efectivamente isso é muito custoso? Pois é muito custoso na água, como é nos transportes como tem sido, e, veja o Senhor que paga os combustíveis, veja os aumentos que já aconteceram desde Janeiro deste ano. Não vamos pegar aqui em meia dúzia de cêntimos deixe-me dizer-lhe isto, de aumento de cada mil litros de água. Um metro cúbico de água se fôr aumentado em dez, vinte cêntimos é demais? Bem, se a gente começa a pensar desta maneira estamos desgraçados e não vamos a lado nenhum e isto já se configura como uma atitude pouco cívica relativamente à realidade que efectivamente todos constituímos. Eu considero que o grande problema de Manteigas chama-se desemprego. É pena que já na vigência deste Governo venha o Secretário de Estado da Indústria a Manteigas, quase nosso conterrâneo de Valhelhas, dizer que efectivamente tem soluções, com o Partido Socialista para a SOTAVE que foi a fonte de quase 300 desempregos. Tendo sido à altura recebido pelo Secretário de Estado do Trabalho por ele próprio foi me dito: “ Ou a Empresa passa a média empresa ou efectivamente não tem solução”. E nessa altura que efectivamente se reconhece que ninguém consegue parar uma convulsão de génese política, partidária e também social e sindical. Ninguém consegue pôr cobro a essa situação e ninguém consegue resolver o problema. É grave que tenham aparecido com propostas indevidas relativamente a esta matéria. Conclusão: toda a gente “foi para rua” quando podiam ter-se negociado cem ou cento e tal postos de trabalho e assim desta maneira minimizar o desemprego. E porque as expectativas foram colocadas muito altas em termos políticos depois deu-se uma queda absoluta. Desemprego de cerca de 300 pessoas. Neste momento somos o Concelho do Distrito da Guarda com a maior taxa de desemprego proporcional. Depois há mais uma coisa: as pessoas que foram para o desemprego têm mais de 50 anos, não têm apetência para o investimento e veja-se que nós demos a Casa Etnográfica, demos o Solar da Castanha, propusemos um regulamento que foi aprovado no sentido de financiar investimentos a quem quisesse. Veio o Finicia. Até agora não tenho uma única pessoa com intenção de investir. E se alguém pensa que a Câmara é uma barriga de empréstimo para investimentos está perfeitamente errado, assim como é errado pensar que o Estado é uma barriga de emprego. Até porque se o Estado e as Câmaras fossem barrigas de emprego não havia quatrocentos e cinquenta mil desempregados em Portugal. Mais grave disto tudo é quando nós continuamos a vender a ideia, no meu ponto de vista



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

perfeitamente indevida, de que seremos capazes de criar directamente emprego. O nosso dever é criar e dar as condições para o emprego. Estamos a dar condições para o emprego estamos a dar condições para o investimento, estamos a investir na formação das pessoas. Aliás, veja-se que o Concelho de Manteigas teve um nível de formação em termos de quantidade de horas e pessoas perfeitamente invejável. Desde cursos de termas e cursos de turismo, até cursos de ambiente a Câmara promoveu. Isto está na nossa obrigação social. De tal maneira temos consciência de que há obrigações sociais entre nós que não aumentámos as águas e resíduos há dois anos e não introduzimos quando devíamos ter introduzido os efluentes porque achámos que estava aqui uma grande função social. -----

Se fôr ver o montante de verbas que damos ao cartão do idoso e ao cartão jovem e o que pagamos em nome dos Municípios de Manteigas, exactamente com estas vertentes de águas e esgotos e resíduos, é uma matéria que já é super digna de ser relevada e como consta obrigatoriamente neste orçamento, porque achámos a determinada altura que devíamos apoiar o desemprego em Manteigas. Mas não é só o desemprego em Manteigas, também é na Guarda, em Gouveia, em Seia, em Pinhel no Sabugal, é falta de emprego em todo o lado. Efectivamente o desemprego é uma peia também numa faixa etária altamente crítica em que as pessoas que estão a transitar de idade com obrigações sociais e familiares muito grandes e não somos capazes de lhes arranjar emprego. Porquê? Porque não há investimento. Mas nós não temos derramas, não temos aquilo que se chama impostos indirectos, temos uma capacidade de auto - financiamento tendencialmente igual a zero e pergunta-se, mas o que é isto? De facto Manteigas tem condições para investir ou não? Se o Senhor fizesse um apelo à atitude cívica ou ética dos habitantes de Manteigas: venham à Câmara ver que dinheiro há cá para investir era muito bonito. Agora dizer às pessoas: esperem aí sentadinhos que alguém há-de vir investir. Então, onde estão os investidores? Nós procuramo-los penso que os Senhores para bem de Manteigas e para bem do Concelho têm tentado encontrar investidores, pois eu tenho, nós temos tentado encontrar a todos os níveis investidores e até agora nós não conseguimos. Mas não fomos só nós e vimos inclusivé que até a capital do Distrito não consegue investidores. Mas então quem somos nós comparativamente com o Concelho da Guarda para conseguir investidores? Então nós temos produtos diferentes do Concelho da Guarda? Teremos porventura alguns mas de facto eu digo assim: quando a Capital de Distrito não consegue e quando Portugal e a Europa apontam para as redes de Cidades como única forma de atomizar o desenvolvimento e o investimento estão-me a propor para que nós aqui façamos milagres? A Europa não consegue fazer milagres em Portugal. Portugal não consegue fazer milagres no Interior. Efectivamente estão aqui a propor que faça um Plano de Actividades inverosímil e depois ainda me dizem assim, mas os financiamentos que aqui estão inclusos no Plano de Actividades são perfeitamente indevidos na medida em que são menores. Efectivamente, num Plano de Actividades podem-se por todas as ideias. No Orçamento não podemos fazer assim. No orçamento, só podemos considerar como receitas as que estão previamente justificadas as que em tese não estão justificadas não podem ser consideradas. Mas quando vierem a estar então nós poderemos alterar o orçamento. Então mantenhamos as acções para que depois elas possam vir a ser executadas. Depois refere-me casos concretos, porque isto do Curso de Termas já estava o ano passado. Bom, o que é facto é que nós escrevemos o ano passado, em tempo muito útil, para o INATEL para com a Câmara Municipal assinar um protocolo para o Curso e só há cerca de dois meses é que houve resposta. Quanto aos Planos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Directores eu acho que a pior pessoa para falar de Planos Directores ou Planos de Ordenamentos é o Senhor ex-Director do Parque. Ele é o exemplo vivo do que é uma mácula grande, um pecado mortal, é a pessoa menos capacitada e uma marca negativa em relação ao ordenamento. Ele tem um Plano de Pormenor em mão há mais de seis anos com uma equipa internacional com concurso internacional e efectivamente não conseguiu apresentar o Plano. Quando ele vem aqui dizer que podemos fazer os nossos planos, podemos concerteza, agora não sabe toda a gente, porque ele não disse, é que nós temos que nos sujeitar ao que fôr definido no dele. Quanto às Penhas Douradas e quando eu disse que relativamente a esta matéria estava sossegado é porque já constava no Plano, com a aceitação de todos os parceiros, que as Penhas Douradas passariam a ser uma zona de Estância de Montanha. Até à nossa intervenção neste processo as Penhas Douradas estavam perfeitamente de fora de qualquer alteração. Mas também que fique claro: o PDM de Manteigas não vai alterar o ordenamento substancialmente, vai é qualificar figurinos. Vai por exemplo, conter aquilo que nós entendemos dever alterar: que as Penhas Douradas, a Relva da Reboleira, porventura Vale de Amoreira onde irá ficar o tal “green” e outras situações são estrategicamente indispensáveis. É isto que se pretende com o Plano Director Municipal. -----

Gostaria de dizer uma coisa: as tarifas dos efluentes vão ser valorada. Não podia deixar de ser e aliás acho que ninguém é contra. É que agora temos uma nova despesa que antes não tínhamos, um tratamento que antes não tínhamos e que agora temos, era o que mais faltava é que agora nós não respeitássemos os normativos europeus e nacionais que o Governo impõe. Depois diz o Senhor Vereador que não há serviços Municipais de Protecção Civil. Por amor de Deus, eu até declarei o estado de emergência em Manteigas quando houve o fogo no Vale do Zêzere, eu como Presidente da Comissão que funciona e que existe e que reúne regularmente. Tem todo o diagnóstico da situação e tem o levantamento de todos os meios humanos e materiais do Concelho e tem Planos específicos já elaborados. Agora, o que não posso é dar ao luxo de ter carros de alto gabarito na Câmara com funcionário específico para a Protecção Civil. Aliás, não me parece que isso seja indispensável no Concelho de Manteigas e da maneira como está organizada a nossa Protecção Civil com os Bombeiros, com as forças vivas do Concelho e tendo um conjunto de acções com todas as Entidades a funcionar. Ter um funcionário e um carro a dizer Protecção Civil não tenho.-----

Digamos, que com estas bases todas, temos projectos apoiados a cinco mil euros e foi dito e muito bem até podiam lá estar cinquenta. Nós só temos lá a receita que temos isto não significa mais nada. As perguntas que me ocorrem são as seguintes: há uma boa gestão dos recursos? Aqui é que eu posso ser questionado. Agora que eu tenho despesas fixas que de alguma maneira se confundem com despesas correntes, temos despesas fixas relativamente a funcionários, a pagamentos de electricidade, de águas, de efluentes, de resíduos, a manutenção de caminhos, estradas e a um conjunto de circunstâncias; é isto que funciona numa Câmara Municipal com a nossa dimensão que não tem receitas próprias e que tem de alguma maneira que dar esta qualificação. Eu não tenho dúvida nenhuma que as despesas fixas/despesas correntes poderão porventura serem diminuídas e fizemo-lo: retirámos daqui a ETAR, o transporte dos resíduos para o Fundão; neste momento temos jornada continua no sentido de fazer que não haja funcionários a deslocarem-se para trabalho e saída de trabalho para almoço. Há um conjunto de medidas que nós adoptamos. Quanto às reclamações dos Municípios mal fôra, digo eu, que efectivamente os Municípios não reclamassem e têm



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reclamado por coisas que não são estruturais nem estruturantes mas reclamam quanto àquilo que efectivamente lhes interessa. Mas meus queridos amigos se os Senhores conseguirem fazer melhor com verbas próprias que deveriam ter sido aumentadas em 2007 com candidaturas e não foram porque não houve, em 2008 têm que ser aumentadas com as candidaturas se as houver e eu quero acima de tudo o seguinte: deixem-nos preparar terreno com aquelas matérias que consideramos estruturantes e estamos a falar do Plano de Pormenor das Penhas Douradas, estamos a falar da possível recuperação de São Gabriel, estamos a falar da possível intervenção ao nível das águas Termas, de um possível Centro-Lúdico Termal e tudo isto é indispensável. Mas vejam e nós também considerámos sendo vossa sugestão e, muito bem, a Pousada da Juventude. Eu falei com o Senhor Secretário de Estado a Juventude no outro dia na Covilhã na inauguração da Sede da Federação de Ski e disse-lhe que tinha lá um ofício meu há mais de um ano e que falava da Pousada da Juventude de Manteigas que nos parece, tendo nós o Ski Parque onde já temos uma campeã, deveríamos ter uma Pousada da Juventude que desse apoio aos jovens. O Senhor Secretário respondeu-me que tinha 50 Pousadas em Portugal que foram agora remodeladas e agora até estão a dar lucro porque já não é só para a juventude porque quem lá quer ir vai. Agora há-de-se ver. Eu até posso pensar consigo porque tem ali uma pista e está a dizer-me o Senhor Presidente da Federação que a pista de Manteigas até é necessária. Portanto se calhar, porque estamos a remodelar a da Covilhã e triplicámos o número de quartos, veremos se possível. Também o questionei sobre o relvamento do nosso campo de futebol e respondeu-me se sabia quantos campos havia sem ser relvados em Portugal: cem e um era de Manteigas. Houve algumas verbas mas agora está a espera que venha o QREN para que o nosso processo que já lá está possa ser deferido. Isto dito por um Secretário de Estado tem uma valia e dito por mim não tem valia nenhuma.-----

Não há dúvida nenhuma que há regras orçamentais que aqui estão bem reflectidas e o orçamento em termos formais está bem feito. Há regras de estímulo que são as nossas propostas: temos aqui alguma coisa para poder fazer. Agora não temos dinheiro para as fazer. As críticas que acho bem vindas e o que foi dito não sendo mentira, pura e simplesmente acho que o seu fundamento é que está meio distorcido: quando é que nós somos capazes de em conjunto dizer a todas as pessoas vá à Câmara, vá aproveitar a Fábrica do Rio vá dizer que lhe façam um financiamento relativamente ao seu projecto. Enquanto não dissermos isto e em vez de darmos peixes ensinarmos a pescar efectivamente, nem eu nem os Senhores lá chegarão, com o devido respeito. Eu não posso estar a gastar o dinheiro todo sem saber quais são as características de financiamento do QREN. Sobre o estacionamento que o Senhor Vereador António Fraga falou, nós fomos aos CTT's e fizemos acordo. Tivemos que expropriar uma casa e enviámos o processo para a DGAL. Esta Entidade deixou passar o prazo e após um ano informaram-nos que tínhamos de começar tudo do princípio e reavaliar de novo, porque o prazo passou. Sobre o processo da Reboleira existem irregularidades no processo e não ilegalidades do próprio processo de concessão, construção e exploração e que o Ski Parque tem reconhecimento nacional. Não tenho dúvida nenhuma, que de facto teve uma má exploração e má gestão. O que acontece é que há um contrato a vinte anos de vista que nos colocou e nos coloca alguns problemas na forma como ele deve ser cessado se é que é cessado.-----

E, finalizando, deixe-me dizer que planear é fazer um diagnóstico do que nós temos e está apurado por todos e depois daqui vemos como é que partimos para um conjunto



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de objectivos e metas com os meios que temos. Se eu não considerar que há meios no QREN e que alguns vão caber este Plano de Actividades não poderia ter metade das acções. Neste sentido, ouvi e bem os lamentos, as críticas que foram simultaneamente críticas e lamentos e a pergunta é esta: quem constituir melhor solução do que esta deverá dizer-nos onde é que deveremos cortar, vá dizer-nos o que é que devemos substituir; efectivamente os meios que temos são estes, se outros nos forem apresentados faremos de maneira diferente, agora com estes meios eu pergunto se alguém faria de maneira diferente. Penso que com estes meios não era possível fazer-se um Plano de maneira diferente. -----

----- O Senhor Vereador António Fraga solicitou a palavra para esclarecer o seguinte: “. A Reboleira não considero nenhuma utopia votaria hoje como no outro mandato quando cá estive a ideia da Reboleira conforme foi apresentada. Agora também quero recordar-lhe Senhor Presidente é que foi preciso os Vereadores do Partido Socialista e perdoe-me agora a imodéstia, denunciarem uma situação grave, que no seu entendimento lhes daria uma perda de mandato, quando tentamos travar foi uma sangria económica por não cumprimento de um contrato. A Reboleira com uma boa gestão, estou convencido que era um fenómeno de atracção, depois decorrem uma série de ilegalidades expressas no relatório que o Senhor Presidente nos apresentou. Também foi pedido o agendamento dessa matéria e isto para que fique bem claro, depois como nunca mais era agendado o assunto, tivemos a iniciativa de o tratar primeiro em reunião de Câmara e a seguir decidimos em consciência que não podíamos ficar “coniventes” com a vossa maioria, mas sim avisar a população. A questão dos CTT o que eu ouvi sempre dizer é que estava tudo resolvido e considero que nível interno da Vila uma das dificuldades é a falta de estacionamento. Quanto à SOTAVE eu Senhor Presidente não quero fazer a história da SOTAVE, porque o que eu tinha a dizer sobre a SOTAVE já o disse inclusivamente em Assembleias Gerais, como accionista. A SOTAVE e muito rapidamente, tem uma história que vai desde uma guerra familiar, desde algumas más decisões, desde duma paralisação laboral que não foi no momento oportuno, até porque na sensibilidade dos accionistas onde até me incluo, obviamente que um accionista que há dez anos não tem dividendos e que de repente vê determinadas perturbações de ordem laboral não vai estar muito sensível para investir. Os estudos que se efectuaram e as negociações com o IAPMEI, obviamente que também não estou a defender aqui o Dr. Castro Guerra e eu não me manifesto quanto à vossa conversa, mas na verdade o que sempre lhe ouvi foi que os accionistas se preparassem para investir e que o Estado é que eu culpo mais a Câmara e o entraria, neste caso havia sempre capital privado a ter que participar. Onde Senhor Presidente o critico em termos da SOTAVE é na não criação de alternativas ao longo deste anos todos, porque o Senhor sabe e é uma pessoa inteligente que ao longo de muitos anos o mercado dos têxteis estava a degradar-se e era de prever que a galinha dos ovos de ouro que foi para Manteigas estava a terminar. Agora também não se diga daqui como me pareceu atrás, que foram os Vereadores do Partido Socialista que quiseram tirar aproveitamento político da situação e recorro que o Vereador Esmeraldo Carvalhinho tentou travar aquela paralisação. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usando da palavra manifestou que: “Não vou responder às questões que foram colocadas. O Senhor Presidente já tinha colocado a sua opinião no documento que nos apresentou e eu reflecti apenas o documento que nos apresentou e isso é que merece a minha discussão, aquilo que o Senhor disse a seguir merece todo o meu respeito mas não me convenceu. Deixe-me



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dizer o seguinte: os Senhores já repararam que tudo o que tem a ver com a SOTAVE e já por diversas vezes na Assembleia Municipal se levantou a questão, da mesma forma que o Senhor Presidente quase a levantou há pouco, é assim: eu, em reuniões de Câmara não discutirei nunca aquilo que se passou com a SOTAVE, com o que se passou na conversa com os Administradores da SOTAVE, eu não trarei essa discussão para aqui podem ter a certeza. Estou consciente de facto de que não descurei os interesses do Concelho de Manteigas e era minha obrigação enquanto candidato ou enquanto Vereador do Partido Socialista na Câmara Municipal de Manteigas eleito na lista do PS colaborar sem disso tirar qualquer proveito político, fique a saber, porque se as coisas não foram para a frente não foram por culpa na altura da Secretaria de Estado nem do Esmeraldo Carvalhinho que andou a meter “pó na roda”, antes pelo contrário. Mas dizer-lhe só o seguinte, que no início do seu discurso há pouco, disse que desempenharia o meu papel se estivesse aqui na oposição, foi isso que quis dizer e que nós estaríamos a fazer a nossa obrigação perante uma determinada força política. Deixe-me dizer Senhor Presidente que não é verdade, sabe porquê? Nós já lhe dêmos exemplos que isso não é verdade, é que no primeiro ano, nós votamos favoravelmente convosco e está tudo dito. A nossa posição não é em função de momentos políticos ou de atitudes políticas ou de pressões políticas, é em função daquilo que temos presente para discutirmos. Já reparou que ao longo destes dois anos que tem sido exactamente assim, muitas vezes temos contrariado aquilo que são opiniões de determinados grupos até de Manteigas. Há posições que nós defendemos nas reuniões de Câmara que não têm a mesma sequência na Assembleia Municipal e isso com legitimidade que cada um tem nesses órgãos. Depois, o Senhor faz uma pergunta, o que me levou agora a responder, quando pergunta: “há quem faça melhor? Se houver que faça melhor digam-nos.” Não Senhor Presidente o documento é vosso, são os Senhores que gerem a Câmara e nós estivemos convosco há dois anos atrás, agora depois disso também deixámos clara qual é a nossa posição, a responsabilidade da gestão do Concelho é vossa, nós estamos aqui para darmos opiniões e já as temos dado. E por conseguinte se pergunta se nós faríamos melhor? Ó Senhor Presidente claro que sim porque se lhe faço estas críticas estou absolutamente convicto que nós faríamos melhor. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que: “Só falou na SOTAVE porque a SOTAVE passou pela Câmara Municipal de Manteigas. Portanto é com toda a legitimidade que temos equipamentos que nós adquirimos e estão disponíveis. Foi avocado o assunto e cada um tem a sua opinião e eu sou respeito. As opiniões são discutíveis. O que não são discutíveis são as ideias. -----

Analizados os documentos a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Esmeraldo Carvalhinho e António Fraga, aprovar as Grandes Opções do Plano e Proposta do Orçamento para o ano 2008, em que a receita de igual montante à despesa, se cifra em oito milhões setecentos e catorze mil cento e sessenta e seis euros (8.714.166) €. -----

As Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes) para o ano 2008 e Proposta do Orçamento para o ano 2008 que aqui se dão por integralmente reproduzidos, vão, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 45362, na sua actual redacção que lhe foi dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 334/82, de 18 de Agosto, depois de assinados pelos Membros do Executivo Camarário e por eles rubricadas todas as folhas, ser arquivados na pasta anexa a esta acta. -----

Mais foi deliberado, remeter à próxima Assembleia Municipal, para aprovar as Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008, de conformidade com a alínea b) do nº 2 do

